

Mundialização: o capital financeiro no comando¹

François Chesnais

Professor de Economia da Universidade de Paris XIII Villetaneuse

Mesmo se o olhar social começa a se tornar mais crítico, continuemos a examinar as palavras com prudência. Afastemos mais do que nunca a imagem da “cidade planetária”. Atrás da expressão neutra da “mundialização da economia” e seu corolário já mais explícito da “vitória do mercado”, esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo. O termo “mercado” é a palavra que serve hoje para designar pudicamente a propriedade privada dos meios de produção; a posse de ativos patrimoniais que comandam a apropriação sobre uma grande escala de riquezas criadas por outrem; uma economia explicitamente orientada para os objetivos únicos de rentabilidade e de competitividade e nas quais somente as demandas monetárias solventes são reconhecidas. As fusões-aquisições dos últimos anos empurraram o processo de concentração a níveis que pareciam impossíveis até vinte anos atrás. Atrás do eufemismo do “mercado”, encontram-se formas cada vez mais concentradas de capital industrial e financeiro que detêm um poder econômico sempre maior, que inclui uma capacidade muito forte de “colocar em xeque o mercado”, “curto-circuitar” e cercar os mecanismos da troca “normal.”² Um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas “intragrupos”, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a

¹ Publicado em *Les Temps Modernes*, 607, 2000 e reproduzido com a permissão do autor e da revista. Tradução de Ruy Braga.

² Permito-me falar de meu livro, *Le mondialisation du capital*, 2ª edição ampliada, Paris, Syros, 1997, para uma apresentação mais detalhada de muitos dados e noções aos quais ele fará alusão. Aqui me refiro aos argumentos profundamente apologeticos que justificam a concentração por “supressão do mercado”. Proceder a transações correntes com outras firmas supõe “custos de transação” que o grande grupo tem poder de limitar, seja comprando as firmas em questão, seja as avassalando por uma sub-empregada draconiana.

sede principal. Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos, e são faturadas a “preços de transferência” internos, fixados sobretudo de modo a escapar o quanto for possível do imposto.

As formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro” – beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a totalidade se estimarmos que a integração da China ao capitalismo mundial está perto de acontecer. Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento do conjunto da acumulação hoje. Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro. Os investidores institucionais tornaram-se, por intermédio dos mercados financeiros, os proprietários dos grupos: proprietários-acionários de um modo particular que têm estratégias desconhecidas de exigências da produção industrial e muito agressivas no plano do emprego e dos salários. São eles os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Um impulso extremo de fetichismo

Dominada pela procura do lucro, reduzido ele próprio ao “valor para o acionista”³, “a economia” apregoa sua pretensão de representar a atividade mais importante da sociedade contemporânea, aquela cuja legitimidade particular lhe permitiria impor sua lei a todas as outras. Esta arrogância decorre, certamente, da importância tomada pelos mercados financeiros,

³ Este é um composto calculado por métodos muito particulares entre o fluxo descontado dos dividendos provenientes de títulos e da mais-valia das bolsas que a venda delas traz.

artefatos sociais de um tipo particular,⁴ que ajudam em muito as finanças a se colocar como uma potência “autônoma” frente à sociedade. Em um mundo dominado pelas finanças, a vida social em quase todas as suas determinações tende a sofrer as influências daquilo que Marx designa como a forma mais impetuosa de fetichismo. Com as finanças, tem-se “dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos”. Uma vez que “o capital parece ser a fonte misteriosa (...) de seu próprio crescimento”, os proprietários de títulos financeiros, beneficiários de juros e de dividendos, consideram que o “capital” deles vai fornecer-lhes uma receita “com a mesma regularidade que a pereira dá pêras”.⁵ Esta é a mensagem que nos envia diariamente o CAC40.⁶

O triunfo do fetichismo financeiro provocou um salto do fetichismo inerente à mercadoria. A extensão e a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização também contribuíram muito para isso. Somando o espaço sobre o qual o capital pode evoluir livremente para se abastecer, produzir e vender com lucro, mais empresas de forças desiguais e seus assalariados que podem ser colocados em dúvida a longa distância e agora em *sites* virtuais, e mais, “a relação social determinada dos homens entre eles reveste a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.⁷ Enquanto que o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro parece ter sido contido durante algumas décadas com a ajuda das instituições sociais e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde “a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”. Durante a conferencia de

⁴ Para uma análise dos traços particulares desta instituição capitalista muito particular, ver André Orléan, *Le pouvoir de la finance*, Paris, Odile Jacob, 1999. Este autor de formação keynesiana e regulacionista conclui que “(...) a fórmula ‘mercado financeiro’ não é uma fórmula neutra. A liquidez exprime a vontade de autonomia e de dominação das finanças. Ela é o produto de poderosos juros. Ela responde a finalidades específicas que recobrem com imperfeição apenas aquelas perseguidas pelos administradoras do capital produtivo. Ela tem conseqüências macroeconômicas gerais sobre as relações de força que atravessam a sociedade mercantil, e particularmente sobre as relações entre credores e devedores, assim como sobre aquelas que opõe finanças e indústrias” (p. 49).

⁵ Karl Marx, *Le Capital*, III/XXIV.

⁶ Índice da Bolsa de Paris calculado a partir de uma cesta composta por 40 ações selecionadas pela sua importância e representatividade. (N. do T.)

⁷ Karl Marx, *Le Capital*, I/1.

Seattle, a campanha política contra a OMC foi levada a cabo sob a palavra de ordem, “o mundo não é uma mercadoria”, que tem o mérito de posicionar o movimento político de resistência à mundialização frente às forças do capitalismo, que não concebem o mundo – e não podem conceber – o mundo sob outro aspecto. O desafio do movimento nascido durante as manifestações de 30 de novembro seria o de criar relações entre os assalariados e os camponeses de diferentes países de tal maneira que se tornaria possível reduzir o anonimato e a exterioridade da troca, aumentando o grau no qual se exprimiria uma relação entre produtores dominando suas condições de produção. Mas para isso seria preciso instituir uma concepção diferente da propriedade dos meios de trabalho e, igualmente, dismantelar as instituições sociais que permitem ao mundo financeiro afirmar-se como uma força autônoma.

O discurso sobre o “Estado” e o “mercado”

Os fundamentos da mundialização atual são tanto políticos como econômicos. É apenas na vulgata neoliberal que o Estado é “exterior” ao “mercado”. É preciso recusar as representações que gostariam que a mundialização fosse um desenvolvimento natural.⁸ O triunfo atual do “mercado” não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos assim como os outros países membros do G7. Graças a medidas cujo ponto de partida remonta a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan dos anos 1979-1981, o capital conseguiu fazer soltar a maioria dos freios e anteparos que comprimiram e canalizaram sua atividade nos países industrializados. O lugar decisivo ocupado pela moeda no modo de produção capitalista deu à liberalização e à desregulamentação um caráter e conseqüências estratégicas.⁹ Foi por meio delas que a difusão internacional da “revolução conservadora” fez-se através da Europa continental e do Japão. Na França, foram as reformas do mercado financeiro e a regulação bancária de 1984-1986, sob os ministérios de Pierre Bérégovoy e de Edouard Balladur, que abriram a via para a dominação atual dos mercados financeiros.

⁸ Luc Boltanski e Eve Chiapello recusam-se a aceitar e corretamente, “o neo-darwinismo histórico que pretendia que estas ‘mutações’ imponham-se a nós como elas se impõe as espécies (...) mas os homens (eu diria antes, as classes sociais e sobretudo as classes dominantes) não se submetem somente à história, eles a fazem”. Ver *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999, p. 36.

⁹ Ver a respeito do papel da moeda, das etapas, dos mecanismos da globalização e das finanças, F. Chesnais, em colaboração com S. de Brunhoff, R. Guttman, D. Plihon, P. Salma e C. Serfati, *La mondialisation financière: genèse, coûts et enjeux*, Paris, Syros, 1996.

Sem a ajuda ativa dos Estados, os FMN e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo “reforma”, palavra hoje despojada de seu sentido original. Foi preciso igualmente que tratados muitos importantes fossem elaborados e ratificados – para citar apenas os mais marcantes, o tratado de Maastricht, o “consenso de Washington”, o acordo do livre-comércio norte-americano (o Alca), o tratado de Marrakech de 1994 instituindo a Organização Mundial do Comércio. Continuando sobre esse plano, idéias potencialmente progressistas foram adulteradas. O mesmo acontece com a idéia da Europa, onde o Ato único após o tratado de Maastricht fez da construção europeia nada além do que o quadro político e jurídico da liberalização, da autonomização e da privatização do conjunto dos países da União.

O discurso sobre a “superioridade do mercado” e a “retração necessária do Estado” exploraram ao máximo a imensa desordem política nascida do balanço tão radical e totalmente negativo do “socialismo real”. A burocracia da União Soviética e dos países do Leste cavaram o leito da restauração liberal antes de se integrarem a ela de corpo e alma. Não é em 1989 (queda do muro de Berlim) ou em 1991 (desmoronamento do regime soviético) que se deve situar o seu começo, mas dez anos antes por volta dos anos 70-80. O processo de liberalização, de desregulamentação e de privatização pôde ser impelido tanto mais facilmente quanto a ação dos dirigentes políticos e sindicais tinha, no primeiro instante, permitido conter e submeter o potencial altamente democrático, de caráter anticapitalista, dos grandes movimentos sociais – operários e estudantis – que apareceram ao longo da década de 1968-1978, tanto na Europa do Leste quanto na do Oeste e nos Estados Unidos.

Esmagando a “Primavera de Praga” e fechando definitivamente todas as vias de transformação dos países de dominação burocrática, Brejnev contribuiu largamente para a preparação das condições de vitória das forças políticas, as mais anti-sociais, dos países da OCDE que prepararam a restauração liberal na sombra da Tríade. Os acontecimentos de 1989-1991 vieram, evidentemente, acentuar as mudanças nas relações econômicas e políticas entre o capital e o trabalho. A “vitória do mercado” apareceu tanto mais definitiva, “irreversível”, quanto ela foi contemporânea da tomada de consciência da classe operária e da juventude da extraordinária amplitude do desastre no qual a gestão burocráti-

ca da economia, o terror staliniano e a repressão generalizada do longo período brejneviano conduziram os países do Leste e, em particular, todos os povos da ex-União Soviética.

Uma mundialização constitutiva, primeiramente, do “espaço do capital”

Lembremos as razões pelas quais é preciso preferir a expressão “mundialização do capital” àquela muito vaga “mundialização da economia”. Em inglês a palavra *global* refere-se tanto a fenômenos ligados à (ou às) sociedade(s) humana(s) no sentido do globo como tal (é o caso da expressão “*global warming*” que significa “efeito estufa”), quanto a processos cuja característica é ser “global”, unicamente na perspectiva estratégica de um “agente econômico” ou de um “ator social” específico. Na ocasião, o termo “*globalização*”, que apareceu pela primeira vez nas *business schools* americanas por volta de 1980, revestiu essa palavra com o segundo sentido. Referia-se, de início, aos parâmetros pertinentes à ação estratégica do grande grupo industrial e à necessidade deste adotar uma aproximação e uma conduta “globais”, dirigindo-se aos mercados de demanda solvente, às fontes de abastecimento e aos movimentos dos rivais oligopólicos. Mais tarde, com a globalização financeira, ele estendeu-se até a visão do investidor financeiro e suas estratégias mundiais de arbitragem entre as diferentes localizações financeiras e os diferentes tipos de títulos. Para um industrial e um financista anglo-saxão, a “*globalização*” é realmente a “mundialização do capital” e ele não vê porque deveria se esconder disto.

Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas. Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente. “A economia do arquipélago” da mundialização,¹⁰ a “balcanização” com suas conseqüências geopolíticas muito graves e a marginalização dramática de continentes e subcontinentes, são a conseqüência da forte seletividade inerente aos investimentos financeiros, mas também aos investimentos diretos quando os grupos industriais se beneficiam da liberalização e da desregulamentação das trocas como movimentos de capitais. A homogeneização, da qual a mundialização do capital é portadora no plano de certos objetos de consumo e de modos de dominação ideológicos por meio das

¹⁰ Ver Pierre Velts, *L'economia d'archipel*, Paris, PUF, 1996.

tecnologias e da mídia, permite a completa heterogeneidade e a desigualdade das economias. O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros, resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo que ele determina os limites. Deixando-o por sua conta, operando sem nenhuma rédea, o capitalismo produz a polarização da riqueza em um pólo social (que é também espacial), e no outro pólo, a polarização da pobreza e da miséria mais “desumana”. A polarização é uma das expressões do caráter sistêmico dos processos com os quais se tem que negociar.

Uma totalidade diferenciada e fortemente hierarquizada

Na época da “globalização”, se existe um conceito cuja utilização parece se impor, é o de “totalidade”. Como “elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade”,¹¹ que é preciso procurar analisar os diferentes componentes do capital, o sistema das relações entre governos e as relações entre classes sociais na mundialização do capital.

Esta encontra-se ordenada de modo a permitir a apropriação em uma escala “mundial”, em condições tão regulares e seguras quanto possível, dos lucros industriais, mas também e, sobretudo, das receitas financeiras, dos juros e dos dividendos. Sua arquitetura tem principalmente por objetivo permitir a valorização em escala internacional de um “capital de investimento financeiro,” sobre uma vintena de mercados financeiros desregulados que desenham o espaço da “mundialização financeira”. Neste sentido, nós voltamos a uma economia internacional que tem traços semelhantes àqueles revelados por Veblen, Hobson e Lenin no início do século XX. “A imensa acumulação do capital-dinheiro em um pequeno número de países”, os investimentos financeiros internacionais que se tornaram tão vitais para os interesses financeiros nos países capitalistas centrais quanto são os investimentos estrangeiros diretos dentro da indústria, as minas ou os serviços, a organização do fluxo de receitas a partir destes (“a tosquia dos títulos de juros e dividendos”) em direção aos países que se tornaram novamente “países-rentistas”, são também elementos analíticos que encontraram uma grande atualidade.¹² Um conjunto

¹¹Kal Marx, “Postface”, à la *Critique de l'économie politique*.

¹² Lenin, *L'Imperialisme, stade suprême du capitalisme*, cap. 10, “Cada vez mais em relevo aparece a tendência do imperialismo em criar ‘o Estado-Rentista’, o Estado-Usurário, donde a burguesia vive cada vez mais da exportação dos capitais e da ‘tosquia dos títulos de juros e dividendo’.” Ver meu artigo “Etats rentiers dominants et contraction tendancielle: formes contemporaines de l'imperialisme et de la crise”, in Gérard Duménil e Dominique Lévy, *Le triangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation, Actuel Marx Confrontations*, Paris, PUF, 1999.

de razões justificam que o modo de funcionamento do capitalismo mundializado, ou ainda seu “regime de acumulação”, seja definido como sendo predominantemente financeiro.¹³

Antes disso, é preciso lembrar os fundamentos da hierarquia política que marca este regime. Enquanto totalidade sistêmica, o conjunto é ordenado em torno de três pólos da Tríade (a América do Norte, a Europa Ocidental e o Japão), mas ele o é em condições nas quais os Estados Unidos são o pivô de tudo e o ponto de onde partem os mais importantes impulsos em direção às outras partes do mundo, tanto do “Norte” como do “Sul”. Os Estados Unidos são também, deste modo, o ponto em direção ao qual convergirão, em compensação, mais cedo ou mais tarde, as principais contradições da mundialização, principalmente os fatores sistêmicos de fragilidade financeira.

A mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre estes. Ela acentuou, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países. O abismo que separa os países que pertencem aos pólos da “Tríade” (América do Norte, Europa, Japão), ou que lhes são associados, daqueles que sofrem a dominação do capital financeiro sem retorno, e pior ainda, daqueles a quem não interessa mais de jeito nenhum o capital, desenvolveu-se continuamente há vinte anos. Mas a mundialização do capital foi também inigualável com as modificações nas relações políticas, compreendidas desta vez como relações internas às classes dirigentes dos países capitalistas avançados. Os Estados Unidos acentuaram este peso não somente pelo fato do desmoronamento da União Soviética e da posição militar única deles, mas também em razão de uma posição inigualável no domínio financeiro.

A revogação, em 1971, do sistema de Bretton Woods, que impunha ao dólar constrangimentos pelo fato dele ser conversível em ouro, como pivô de um sistema financeiro estável, foi um ato unilateral dos Estados Unidos. Este ato representou uma primeira vitória da finança concentrada e abriu a via para medidas mais radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas a partir de 1979. Mas para os Estados Unidos, a passagem para o regime de taxas flexíveis de câmbio, significou um reforço da predominância do dólar frente a todas as outras moedas. Esta situação foi reforçada ainda mais pelo crescimento muito rápido da dívida pública americana a partir de 1980-1982. Os Estados Unidos mostraram que eles são o único país capaz de contrair uma

¹³ Para uma apresentação mais detalhada, ver *La mondialisation du capital, op.cit.*, cap. 12, assim como o artigo em *Actuel Marx Confrontations*.

dívida pública tão elevada sem sofrer imediatamente a “sanção dos mercados”. Ainda melhor, eles puderam dar aos bonus do Tesouro americano o estatuto de ativo financeiro que representa o “valor refúgio” por excelência.

A dívida pública americana atingiu perto de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos nos anos 1990-1992; ele representou, durante quase vinte anos, 40% da dívida pública mundial. Bem antes que Wall Street levantasse vôo, esta dívida atraiu para os Estados Unidos os fundos líquidos em busca de investimentos financeiros, não somente rentáveis mas completamente seguros. Estes fundos financiaram o programa militar da “guerra nas estrelas” que assentou definitivamente a predominância militar dos Estados Unidos e acelerou a crise da ex-União Soviética. A presença deles no nível da remuneração da qual se beneficiaram (8% de taxa de juro real durante vários anos a partir de 1982) permitiram igualmente aos mercados financeiros americanos adquirir sua dimensão e sua sofisticação únicas. Este processo foi, em seguida, consolidado e confortado pela existência de fundos de pensão e de investimentos financeiros coletivos. Porém, estes não teriam podido conhecer um crescimento tão rápido sem esta alimentação dos mercados financeiros pela dívida pública – aquela dos países do Terceiro Mundo, mas também aquela dos Estados Unidos. O mercado da bolsa de Wall Street assumiu, em seguida, a vez. A atração dos mercados americanos de produtos financeiros “derivados” vieram coroar o todo. Traçou-se, de mais em mais, das boas performances americanas em matéria de emprego assalariado (quase sempre empregos precários ou muito precários) e de crescimento. Mas aqueles que louvam o “exemplo americano”, nos convidando a adotá-lo de maneira ainda mais completa na Europa, abstém-se de relacioná-lo ao caráter hierarquizado da economia mundial e às posições exorbitantes dos Estados Unidos nos domínios monetário e financeiro.¹⁴

¹⁴ É o caso de Michel Aglietta no seu trabalho, “Le capitalisme de demain”, *Notes de la Fondation Saint-Simon*, 101, nov. 1998. Ele não explica, em momento algum, o grau no qual “o regime de crescimento patrimonial” fundado sobre o acionariado e os mercados financeiros, do qual ele acredita reconhecer a existência nos Estados Unidos e do qual ele espera a extensão em direção a Europa, é construído sobre estes fatores exorbitantes. Os Estados Unidos representam 40% da capitalização bolsista mundial. O seu sistema financeiro e bancário tolera um endividamento muito elevado de administração que é porém afiançado pela posse de títulos cujo valor depende da “convenção” e de comportamentos de “miopia” financeira profunda (ver o livro de André Orléan citado na nota 3). É este endividamento que sustentou o consumo e fez andar esse crescimento “miraculoso”. Nada assim pode ser transportável para países onde o mercado financeiro é pequeno e vulnerável ao menor choque, ou ainda em países cujos cidadãos mostram, como no Japão, uma aversão profunda ao endividamento.

Eles também não dizem nada a respeito das condições de dominação política do capital.¹⁵ É nos Estados Unidos que se vê uma adequação, mais perfeita do que em qualquer outro grande governo “civilizado”, do sistema político e da filosofia social em relação às necessidades de uma valorização do capital livre de qualquer freio. Foram eles, no entanto, que tomaram a iniciativa, mais do que outros membros do G7, de publicar em editais, antes de tudo, as políticas de ajuste estrutural e mais tarde de liberalização e desregulamentação financeira e comercial. Estas políticas são aquelas que melhor correspondem tanto a seus interesses de grande potência, quanto àqueles de seus *lobbies*. Mas a ordem mundial liberalizada não é americana. Os governos de todos os países onde o capital financeiro é desenvolvido estão comprometidos com os Estados Unidos. Todas as iniciativas que eles tomaram no FMI, no Banco Mundial, na OCDE, no GATT e, mais tarde, na Organização Mundial do Comércio, foram apoiadas e revezadas na Europa pelo Reino Unido e setores importantes da Comissão Européia. Ultimamente, não é deles que veio o projeto da “Rodada do Milênio” na OMC, mas da União Européia. Foram, antes de tudo, setores antagônicos da sociedade americana que atacaram frontalmente Seattle. A mundialização contemporânea não é “americana”. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida.

A acumulação predominantemente financeira

O termo “regime de acumulação predominantemente financeiro” designa um modo de funcionamento do capitalismo marcado por dois fenômenos. O primeiro é a reaparição maciça, junto ao salário e ao lucro e, ao mesmo tempo, fazendo pagar acréscimo de impostos, das receitas resultantes da propriedade de títulos de dívidas e de ações.¹⁶ O segundo é o papel representado pelos mercados financeiros na determinação das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego). O papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas maneiras: pela fixação do nível das taxas de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela força dos

¹⁵ Ver por exemplo Loïc Wacquant, *Prisons de la misère*, Paris, Raisons d'Agir, 1999.

¹⁶ No caso das ações, as receitas procedentes da posse de título de investimento financeiro em partilha do lucro da empresa, que se retoma tanto quanto se puder sobre os salários. No caso dos títulos de dívida, sobretudo os vales do Tesouro e os efeitos da dívida pública, há transferência de receitas para os possuidores de títulos por meio do fisco. A venda vem, assim, duplamente repartida, isto é, em função do valor criado na produção.

mecanismos que ela faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação. Podemos, agora, distinguir claramente duas fases da formação e progresso de tal regime, cujas bases estão nos Estados Unidos mas os efeitos são mundiais.

A primeira foi aquela, situada, grosso modo, de 1982 a 1994, no decorrer da qual a dívida pública foi o mecanismo principal da criação de créditos e o serviço dos juros da dívida, o principal mecanismo de transferência de receitas em benefício da renda. Esta transferência foi tanto mais alta que as taxas de juros reais positivas pagas sobre os títulos da dívida pública foram elevadas. Já se falou, a propósito, dos Estados Unidos, mas é preciso ampliar os conceitos. O “poder das finanças” foi construído sobre o endividamento dos governos, que permitiu a expansão ou, mesmo em países como a França, a ressurreição dos mercados financeiros. É uma das fontes da força econômica e política imensa adquirida pelas instituições financeiras que é *comum a todos* os países da OCDE, praticamente sem exceção. Ela repousa na sobreimposição do capital e das receitas elevadas e o financiamento para empréstimo junto aos mercados financeiros dos déficits orçamentais. Sob o efeito de taxas de juros superiores e mesmo muito superiores à inflação e ao crescimento do PIB, a dívida pública faz “bola de neve”. Ela é geradora em seguida de pressões fiscais altas sobre as receitas menos móveis e mais fracas, de austeridade orçamentária e de paralisia das despesas públicas. É ela, no decorrer desses últimos dez anos, que abriu a via para as privatizações.

Os recursos financeiros assim centralizados pelos mecanismos do fisco e da dívida permaneceram cativos das finanças e lhe permitiram reconstruir plenamente mercados financeiros capazes de assentar a dominação do capital de investimento financeiro sobre as empresas. É então que a segunda etapa do regime de acumulação predominantemente financeiro começou, aquela onde os dividendos tornaram-se um canal de transferência importante e os mercados financeiros a instituição mais ativa da regulação da acumulação predominantemente financeira. A pressão “impessoal” dos “mercados”, exercendo-se sobre os grupos industriais por intermédio do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e dos lucros industriais, cedeu lugar a formas de vigilância muito mais diretas. As administradoras de fundos de pensão e dos *Mutual Funds* começaram a submeter os grupos industriais a um exame quase que diário da administração industrial e financeira deles. Novas normas de rentabilidade foram impostas, geradoras de pressões fortemente acrescidas nos salários, em termos de produtividade e de flexibilidade do trabalho, como mudanças nas formas de determinação dos salários. Se os mercados das bolsas ocupam a frente

dos cenários, os investimentos financeiros em vales do Tesouro, no entanto, não cessam. Ao contrário, como se constata no momento de cada abalo financeiro sério, os títulos da dívida pública de países mais fortes, encabeçados pelos Estados Unidos, conservam o valor financeiro refúgio por excelência. Os empréstimos para as empresas e para os particulares completam a panóplia da apropriação pelas finanças interposta das riquezas criadas dentro da produção.

Os “mercados emergentes”

Este regime de acumulação é apenas viável contanto que tenha uma *base internacional* tão larga quanto possível. As formas concentradas de dinheiro buscando investimentos financeiros vantajosos, devem, ao mesmo tempo, atrair incessantemente liquidez acrescida para os mercados financeiros onde acontecem as operações mais numerosas e mais vantajosas, desdobrando-se mundialmente para se inserir em mecanismos locais de captação de frações de valor e de mais-valia – ou de “riquezas”, se estes termos incomodam – que começaram por tomar forma de receitas primárias. Para captar juros sobre títulos da dívida pública ou vir a partilhar sobre o lucro industrial por dividendos e juros de empréstimos a empresas sobre uma base mais larga que sua economia doméstica, é preciso se posicionar no exterior. Um dos criadores do fundo de pensão francês, o deputado socialista Jean-Claude Boulard, descreveu no *Le Monde* em 13 de novembro de 1998, os desafios do investimento financeiro no estrangeiro com uma total clareza. “A verdadeira vantagem dos fundos de pensão, diz ele, é permitir a antecipação de uma parte do crescimento exterior”. No momento, ele diz, a França passa por esse mecanismo de apropriação e de transferência internacional; é imperativo que ela também tire proveito disto: “Se nós não nos mexermos, dentro de dez anos, através dos fundos de pensão anglo-saxões, uma parte do crescimento interno financiará as pensões dos não residentes ainda que tenhamos apenas nosso próprio crescimento para financiar nossas aposentadorias. Um país desenvolvido e envelhecendo demograficamente como a França deve imperativamente expandir a base do financiamento de suas aposentadorias. Participando, por exemplo, no financiamento do crescimento de um país como a China, os fundos de pensão levantarão fundos sobre a produção interna chinesa”.

Este é o objetivo perseguido pela abertura de espaços financeiros nos países designados pelo nome de “mercados emergentes” e sua integração na mundialização financeira sob o cajado do FMI. A liberalização e desregulamentação financeiras expuseram a economia destes países aos impactos da especulação financeira. O termo “economia de cassino” foi por vezes usado para falar disto. Ele não é mais apropriado. Keynes utilizou esta metáfora para falar de operações

na Bolsa nos anos 30 e ela pode ser utilizada ainda para descrever as operações dos mercados de produtos derivados (a Baring em 1995, LTCM em 1998). Mas a imagem de cassino não é transportável nas relações de riquezas intermediadas pelos mercados financeiros, nem para crises como as que o México e os países da Ásia conheceram no decorrer do decênio que termina.

Em um sistema de apropriação de riquezas fundado nos mercados de títulos, a mobilidade permanente do capital colocado é consubstancial à procura de melhores rendimentos. A boa administração da liquidez concentrada entre as mãos de administradoras de fundos exige, da parte delas, uma diversificação de seus papéis, de crédito de uma maneira que combine dois níveis, aquele dos mercados nacionais e aqueles das categorias de títulos. Ela supõe a modificação constante da composição dos papéis de crédito, isto é, a multiplicação das operações por meio das quais “o investidor arbitra sistematicamente entre os diferentes compartimentos à procura da montagem que obtém a melhor relação custo-rendimento”.¹⁷ O administrador de fundos que investe procura a liquidez e o rendimento. Atrás das decisões de colocar ou liquidar bens detidos neste ou naquele investimento financeiro, sob esta ou aquela forma de ativos (divisas, títulos da dívida pública ou privada, ações), existem apreciações quanto à permanência desses fluxos de receitas nos níveis de rendimento que o capital financeiro fixa. O cassino é um campo fechado dentro do qual os ganhos e as perdas são circunscritas entre os jogadores e o proprietário do lugar e no qual todo jogador tem chances iguais aos outros de ganhar ou de recuperar perdas. Ora, no caso das crises econômicas provocadas pelas crises financeiras no México e na Ásia, vimos bem que, no essencial, foi fora da esfera dos mercados financeiros que as penalidades mais pesadas foram pagas. Seu peso em termos de desemprego e de precariedades crescentes, isto é, da perda de todo meio de existência, recaiu principalmente sobre aqueles que nem sequer tem acesso ao “cassino”. Quanto aos investidores financeiros, eles retiraram seus fundos e os colocaram lá onde a liquidez e o rendimento continuam a lhes serem oferecidos, em Wall Street e nas praças européias.

Os grupos industriais no coração das relações de dominação

São as finanças que comandam hoje o nível e o ritmo da acumulação *stricto sensu*, este termo designando o processo de reprodução ampliada do capital em suas duas dimensões: o da criação de capacidades de produção novas, e o da extensão das relações de produção capitalistas, entendidas

¹⁷ Henri Bouguinat, *Finance internationale*, Paris, Presse Universitaire de France, 1992, coleção Themis.

como relações de exploração imediatas da força de trabalho por um capital orientado para a produção de valor e de mais-valia. Um pequeno número de países como o Japão e a Coreia, acreditaram poder determinar, durante um tempo, sua taxa de investimento sem integrar de modo claro os dados do regime de acumulação predominantemente financeiro. Os limites destas pretensões apareceram, no Japão, no *crack* imobiliário e da bolsa, em 1990, e na crise asiática de 1997-1998. Foi nas finanças que repousou a responsabilidade imediata do início das recessões em cadeia na Ásia. Mas a ajuda do FMI foi utilizada para exigir o alinhamento da Coreia às condições macroeconômicas correspondentes às taxas médias de crescimento mundial do decênio de 1990; isto é, impor a destruição de uma parte da capacidade produtiva industrial julgada excessiva em relação à demanda mundial, a entrada de capital ocidental nos *chaebols* e a liberalização e completa desregulamentação do sistema financeiro coreano.

Os investidores institucionais são os verdadeiros mestres do capitalismo contemporâneo mas eles preferem a discricção. Enquanto os administradores de fundos de investimento financeiro permanecem quase completamente na sombra, são portanto os grupos industriais que, junto aos governos, são constantemente visados. Eles estão na primeira fila, na luta contra as classes e as camadas que precisam explorar. Nisso há razões essenciais. É na difusão mundial de seus produtos (Coca Cola, Nike, McDonald's...) que repousa a dominação econômica e política do capitalismo no aspecto tão decisivo do "imaginário" deste "capital simbólico" cuja vitória permite dominações de outro modo constrangedoras. Isso é acrescido pela amplitude dos recursos da publicidade que é exigida pelo estreiteza relativa do mercado, mesmo "mundial", e a rivalidade entre eles quase sempre feroz. O fetichismo das finanças, por outro lado, é operante apenas na medida em que os portadores de crédito sobre a atividade de outrem vêem a realidade conformar-se à miragem da "autovalorização" dos investimentos financeiros. Portanto, é preciso que haja produção de riquezas, mesmo que as finanças minem, dia após dia, os alicerces. É sobre os grupos industriais que repousa a organização das atividades de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende, tanto a existência material das sociedades nas quais os camponeses e artesãos foram quase completamente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros.

Para isto, os grupos industriais dispõem de poderosos meios, vindos dos efeitos combinados da liberalização e da desregulamentação das trocas e dos movimentos de capitais, assim como da tecnologia. Eles usam de sua liberdade de ação e de sua restaurada mobilidade, para fazer pesar sobre os salários a ameaça (que pode, além do mais, tornar-se efetiva) de deslocar

suas plantas produtivas para os países onde a mão de obra é mais barata e os salários poucos ou nada protegidos. Eles não se deslocam sistematicamente. Servem-se da liberalização comercial, sobretudo, para assentar, toda vez que podem, redes de fornecimento de sub-arrendamento nos países onde os custos são os mais baixos.

As modalidades contemporâneas de crescimento da produtividade por intensificação do trabalho, sem crescimento ou mesmo com uma redução do tempo de trabalho, são fundadas sobre mudanças organizacionais profundas nas fábricas e nos escritórios, ao menos na medida do uso das novas tecnologias como tal. Essas mudanças não poderiam ter sido impostas se o aumento do desemprego induzido pelos fatores que acabam de ser indicados, não tivesse vindo pesar, cada vez mais fortemente, sobre a capacidade de resistência dos assalariados.¹⁸ A colocação em prática das novas formas de exploração no seio dos grupos industriais e sob a responsabilidade imediata de seus dirigentes e executivos, para atingir o grau já bastante grande de submissão dos assalariados que corresponde as exigência de remuneração dos proprietários do capital, é a origem dos fenômenos de “sofrimento no trabalho” alertado pelos psicólogos e médicos trabalhistas.¹⁹

Simultaneamente os grupos industriais do setor fabril, como da grande distribuição ou de serviços, também sabem fazer uso do “poder do mercado” que lhes confere sua grande dimensão, para captar, através de contratos de termos leoninos, frações do valor dos produtos das firmas menores ou de capacidade de negociação a preços mais baixos. O grande grupo monopoliza o valor criado em outras estruturas que não as suas, assim como produz dentro de seus próprios muros. A organização dos grupos em “firmas-redes” traduz a perturbação das fronteiras entre o lucro e a renda, na formação dos resultados de exploração de grupos, bem como o peso crescente das operações que dependem da apropriação de valores já criados por meio de levantamento monetário sobre a atividade produtiva e o excedente de outras empresas.

Confrontados a um crescimento mundial muito lento, a uma demanda insuficiente nascida da estagnação do investimento e do recuo do emprego, e a uma pressão sempre mais forte dos novos proprietários do capital, os grupos industriais reagiram nos anos 90, seja na compra de empresas

¹⁸ Em um livro rico e denso de Stéphane Beaud e Michel Pialoux, *Retour sur la condition ouvrière*, Paris Fayard, 1999, encontrar-se-á um estudo detalhado dos processos de destruição da classe operária na indústria automobilística sob o efeito conjugado das estratégias patronais de introdução das novas tecnologias como métodos de organização de trabalho americano-japoneses. Nas crianças operárias, se vê o resultante do desemprego e das políticas escolares.

¹⁹ Ver Christophe Dejours, *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale*, Paris, Seuil, 1998.

menores, seja em uma fusão com as gigantes. Concentrados no início do processo, na virada dos anos 70-80, eles não cessaram de fazer crescer seu grau de concentração. Os FMN salvaguardaram, assim, sua taxa de lucro, além de acrescentarem um poder econômico e político já elevado, mas que adianta sempre novas exigências, como eles mostraram no quadro das negociações abortadas do AMI.²⁰ A estratégia deles de reestruturação com destruição clara dos postos de trabalho, superpõe-se à política de austeridade orçamentária e de privatizações usadas pelos governos, agravando os mecanismos que empurram a economia mundial para um processo acumulativo de estagnação. A outra resposta dos grupos tem o mesmo efeito: trata-se da valorização puramente financeira dos capitais com o emprego verdadeiramente especulativo de uma fração do “lucro não investido”. Sabe-se, por exemplo, que o retorno a “rentabilidade” da Renault a partir de 1996 repousou sobre dois pilares: a dispensa maciça dos empregados, a flexibilidade e a “disciplina salarial”, mas também os lucros financeiros importantes graças a “boa saúde dos mercados”.

A sorte reservada aos países “em desenvolvimento”

Às portas do terceiro milênio, a sociedade mundial parece então estar colocada, em um grau ainda mais completo que no final do século XIX, sob a égide de um capitalismo dominado por instituições que vivem de rendimentos. A avidez deste capitalismo e sua ferocidade na exploração são tanto mais altas quanto a taxa de acumulação do capital produzindo valor e mais-valia é baixa, enquanto que as exigências daqueles que vivem de juros e de dividendos são muito elevadas. É neste quadro que é preciso considerar a sorte reservada aos países do Terceiro Mundo.

Os países aos quais interessa principalmente o capital de investimento financeiro, são aqueles que possuem uma posição financeira suficientemente desenvolvida para aspirarem ao estatuto de “mercado financeiro emergente” e, assim, permitir o posicionamento dos mecanismos de estrangulamento dos recursos do país ou da região continental maior, em direção aos países centrais. A lista está limitada (uma dúzia de praças na Ásia e na América Latina, mais Johannesburg na África do Sul), de modo que é em

²⁰ O AMI (Acordo Multilateral sobre o Investimento) é um projeto de tratado que assegura aos investimentos estrangeiros direitos e privilégios exorbitantes frente aos assalariados, às leis e ao conjunto da sociedade. Sua negociação foi levada a cabo na OCDE antes de ser interrompida em outubro de 1998 em consequência da retração da negociação do governo francês. Na França a campanha contrária foi levantada pelo coletivo nacional contra o AMI. Para uma análise detalhada do projeto, ver *Observatoire de la mondialisation. Lumière sur l'AMI. Le test de Dracula*, L'Esprit Frappeur, 1998.

um pequeno número de países que a maior parte dos investimentos financeiros é efetuado. Mas os grupos industriais dos países avançados só se interessam muito seletivamente pelos países externos à OCDE. Cada ano, 80% dos investimentos fora da OCDE centraram-se em, no máximo, dez países e em dez anos não se encontra mais que quinze países na lista.

Os países ditos em desenvolvimento interessam aos grupos industriais de países avançados apenas por três motivos. O primeiro é aquele tradicional de fonte de matérias-primas. Este interesse ainda permanece. Ele continua a chave das políticas que afrontam o Oriente Médio e explica as rivalidades interimperialistas com o cortejo de conseqüências nos países da África, ricos em minerais estratégicos. Mas, fora o petróleo, minerais estratégicos como o urânio e alguns produtos tropicais, principalmente a madeira, os países situados no centro do sistema tornaram-se bem menos dependentes das fontes de matérias-primas situadas em países periféricos, servindo-se da ciência e da tecnologia para substituí-las por produtos intermediários de criação tecnológica e industrial. Os grupos se interessam ainda por certos países de fora da OCDE pelo fato do tamanho do mercado interno deles. Mas eles o fazem em condições onde as exportações feitas pelos grandes grupos industriais por intermédio de suas filiais de comercialização, tornaram-se a opção preferida, o investimento direto no sentido estrito, tornou-se uma solução secundária. Continuam a ser criadas filiais de produção assim que esta forma de presença direta no mercado impõe-se em razão da dimensão do mercado e da importância estratégica regional do país (a China e o Brasil), em razão da presença já antiga de rivais mundiais dos quais é preciso controlar as estratégias localmente, ou ainda da existência de oportunidades locais que não podem ser exploradas sem investimento direto. Mas, do contrário, os níveis de produtividade e as reservas de capacidade industrial dos países capitalistas centrais condicionam os grupos a preferir a exportação como meio de tirar partido de um mercado. A terceira função que os países em desenvolvimento podem preencher é de servir em industrias intensas em mão de obra de base para operações de sub-arrendamento fora do local, requerendo um mão de obra industrial ao mesmo tempo qualificada (ou mesmo muito qualificada), muito disciplinada e um mercado muito bom. Mas, aqui, ainda, o número de países que satisfazem estas condições são em número tanto mais restrito quanto as necessidades do capital são limitadas pela fraqueza geral da acumulação.

Durante vinte anos, assistimos a reparação, nos países pobres, das piores calamidades de desnutrição, isto é a fome, doenças e pandemias devastadoras. Estas calamidades não são “naturais”, assim como não o são, nos países da OCDE, o aumento do desemprego, das precariedades e dos sem-teto. Elas atingem populações que são marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades básicas, portanto bases da civilização, em ra-

ção da sua incapacidade de transformar essas necessidades imediatas em demanda solvente, em demanda monetária. Logo, essa exclusão é de natureza econômica. Em certos casos, ela é recente, e em todos países, se agravou enormemente em relação a situação dos anos 70. Ela é o produto direto da destruição sob o efeito da desregulamentação e da liberalização dos câmbios, não simplesmente de empregos, mas de sistemas de produção inteiros que asseguravam antes a reprodução social de comunidades de camponeses, pescadores, artesãos. É neste contexto de marginalização, senão de exclusão de tantos países do sistema mundial de trocas, que se coloca o aumento da fome, das pandemias e das guerras civis em inúmeras partes do mundo. A África Negra, da qual o sistema rejeita uma grande parte das matérias primas agrícolas produzidas no seio da economia da plantação precedentemente colocadas nas dependências das produções de víveres, e da qual a mão de obra não reúne as numerosas “qualidades” como nos países da Ásia e do Sudeste, está nesse caso. O que acontece lá, já há quinze anos, não pode ser considerado como resultado do acaso. É o resultado direto, mediado pela corrupção política própria aos governos parasitas do neocolonialismo, da marginalização da maioria dos países dos continentes nas trocas mundiais. O “*contingente*” traduz aí a “*necessidade*” do capitalismo pervertido. A ONU acaba de reconhecer o genocídio ruandês como o terceiro genocídio do século, após o dos armênios e o da Schoá.²¹ Ao final de um trabalho minucioso sobre a África, Claude Meillassoux concluiu que o capitalismo restaurou a lei da população de Malthus: “O controle da demografia dos povos explorados, por meios demográficos (controle de nascimento, esterilização, etc.) encalhou. Uma forma de controle pela fome, pela doença e a morte, mais eficaz e mais cruel, estabelece-se sob pretexto de ‘racionalidade econômica’ e de ‘ajustamento estrutural’: a lição de Malthus foi entendida”.²²

Para a renovação da crítica ao capitalismo

Os acontecimentos que marcaram o fim do stalinismo – a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da antiga União Soviética – foram saudados como anunciando “o fim da história”, no sentido da impossibilidade de uma superação do capitalismo por uma outra forma de organização das relações sociais e de produção e da repartição da riqueza e uma concepção diferente da propriedade econômica. Estes acontecimentos produziram-se em um momento no qual as políticas de destruição das instituições políticas e

²¹O holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial. (N. do T.)

²² Ver Claude Meillassoux, *L’Economie de la vie*, Cahiers Libres, Lausanne, Editions Page 2, 1997.

sociais do pós-Segunda Guerra Mundial, por meio da “via doce” da liberalização e da desregulamentação, já haviam frutificado. A classe operária industrial e aqueles que se identificavam com uma visão de emancipação social da qual ela seria o suporte foram confrontadas com o desaparecimento de um capitalismo relativamente comprimido dentro de instituições nacionais, de um capitalismo cujos pontos fracos eram conhecidos por aqueles que o combatiam. Em seu lugar, houve a emergência de um capitalismo dominado pelas finanças. Passo a passo suas estratégias e seus servidores concebem e criam políticas que visam a redução em átomos do “trabalhador coletivo” nas diferentes formas onde este tinha tomado forma, tanto por suas próprias lutas, quanto pelo efeito objetivo da organização produtiva “fordista”.²³

Stéphane Beaud e Michel Pialoux (ver nota 18) retraçaram na Peugeot o processo de dissolução do “grupo operário” da grande fábrica, no seio de um salariado de fronteiras muito mais suaves, feito de categorias de trabalhadores cujo capital pode, daqui em diante, facilmente normalizar o trabalho com a ajuda das tecnologias informatizadas. O capital avançou tanto mais facilmente quanto os trabalhadores e os assalariados do setor público foram encorajados, senão intimados pelos partidos e os sindicatos com os quais eles tinham um mínimo de confiança, de “adaptarem-se” à mundialização. O movimento grevista do inverno de 1995 contra as reformas de governo de Alain Juppé e o grande apoio popular do qual ele se beneficiou, marcaram um dos momentos de resistência dos trabalhadores a este processo. Mas ele não encontrou os pontos de apoio que lhe permitissem se consolidar. O sindicalismo “de acompanhamento” levantou a cabeça e, agora, tomou pé nas conferências, como a CGT, cuja tradição era oposta a isso. É, portanto, amplamente do exterior do “movimento operário” oficial que se construiu a resistência aos projetos os mais ambiciosos e os mais visíveis da mundialização, tais como o AMI e o lançamento da “Rodada do Milênio” na OMC.

A crítica da mundialização é ainda embrionária e bastante hesitante no plano teórico. Ela subestima quase sempre o que deverá ser feito para encetar verdadeiramente o poder das finanças²⁴, e ela conduz ainda

²³ Ver, assim, a respeito da cotização doença-desemprego-velhice, Bernard Friot, *Et la cotisation sociale créera l'emploi*, Paris, La Dispute, 1998, que escreve: “Os trabalhadores, quer estejam ocupados, desempregados ou inativos são membros de um trabalhador coletivo inscritos em um espaço público construído a partir do trabalho formalizado em emprego”. Este espaço público é aquele das instituições das diferentes caixas e organismo de administração paritárias que o Movimento de Empresas da França (Medef, sucessora do Conselho Nacional do Patronato Francês – N. do T.) pensa agora estar em condição de destruir.

²⁴ Este problema é levantado em meu opúsculo, *Tobin or not Tobin? Une taxe internationale sur le capital*, Paris, L'Esprit Frappeur, 1998.

mais freqüentemente a ilusão de poder encarcerar os FMN em códigos de boa conduta ou de conduta “cidadã”. O termo “neoliberalismo” é utilizado como se situações de monopólio mundial não surgissem das últimas ondas de concentrações, como se a propriedade privada dos meios de produção (que são os meios de trabalho de milhões de pessoas) pudesse hoje servir de embasamento para uma forma de capitalismo com “cara humana”. Um bom número de adversários da globalização parece ter interiorizado a idéia martelada por François Furet e de todos aqueles que se apossaram de seu trabalho sobre a impossibilidade de se conceber uma organização social de vida material diferente do “mercado”. Da mesma forma, o regime de acumulação do capital mundializado é considerado pela maioria de seus críticos como sendo injusto – profundamente injusto – mais viável.

O sentido das crises financeiras

Ora, não penso que ele assim o seja, *em razão mesmo* dessa desigualdade e injustiça. Uma ligação direta pode estabelecer entre os traços do regime de acumulação, os mecanismos de exclusão que ele incorpora e as crises financeiras – bancárias ou das bolsas – que balançaram a economia mundial no decorrer dos anos 90, quer seja no México em 1995 ou na Ásia. Estas crises não foram episódios financeiros, devido simplesmente à negligência ou à cegueira das autoridades monetárias, nem à “especulação” tomada como uma atividade que se poderia limitar sem ter prejudicado os mercados financeiros. Estas crises foram uma primeira expressão de contradições muito mais profundas. Elas traduzem a impossibilidade de assegurar uma quantidade suficiente de capital para as condições de valorização que lhe são necessárias. Por etapas, a economia capitalista mundial vê-se confrontada ao retorno brutal do princípio de realidade: antes de poder se apropriar do valor e da mais-valia, é necessário, primeiramente, que eles tenham podido ser criados em uma escala suficiente. O que supõe que o ciclo do capital tenha podido ser bloqueado, a produção comercializada. Os investidores financeiros e as instituições financeiras internacionais construíram um conjunto de mecanismos com o objetivo de fazer afluir em direção aos mercados financeiros um fluxo de riqueza que satisfizesse as exigências da economia internacional do capital financeiro. Mas eles quiseram ignorar as condições da produção e da realização do valor. Estas condições não podem ser satisfeitas de maneira estável enquanto dezenas ou mesmo centenas de milhões de pessoas de todas as partes do mundo são excluídas da esfera onde as necessidades individuais e coletivas encontram-se. Deplorando o revés da conferência de Seattle, o diretor geral do FMI, Michel Camdessus, declarou que seu desafio para

com os países em desenvolvimento era “o acesso aos mercados que tenham uma demanda solvente”, isto é, aqueles dos países da OCDE. Acreditando falar em nome destes países e de uma liberalização ainda maior do comércio, o chefe do FMI expressou o impasse total de um sistema cuja polarização extrema faz com que todas as mercadorias afluam em direção aos mesmos mercados, situados ao “Norte”.

As crises financeiras da Ásia são um anúncio que os mecanismos do capital liberalizado começam a pegar gripe. De tais crises sobrevém, quando os investidores financeiros tomam de repente consciência do fatos, que seus créditos sobre a atividade produtiva, nascidos de seus investimentos financeiros ou de seus empréstimos, poderiam não se materializar. Eles tentam, então, se retirar do mercado, retomando suas posições com o mínimo de perdas. Eles destroem, produzindo a “liquidez” do mercado em seu conjunto²⁵, provocando o desmoronamento do conjunto da cadeia de créditos e das dívidas da qual a capitalização da bolsa foi o pivô. Foi o que aconteceu na Ásia, onde vimos uma espécie de demonstração, em tamanho real, do tipo de crise que nos espera. A praça ocupada agora pelos mercados da bolsa está suscetível a dar às crises futuras nos países da OCDE, um caráter ainda duvidoso. Uma das causas da preocupação dos defensores da liberalização, que o presidente do Banco Central dos Estados Unidos (o FED) propaga regularmente, é o fato de que os mercados financeiros saídos da liberalização e da desregulamentação financeiras são povoados de investidores que não têm nenhuma memória das crises da bolsa do passado. O grau particularmente elevado da miopia dos mercados financeiros nascido da longa fase de altas, pode engendrar comportamentos de pânico. Estes serviriam de acelerador da crise, reforçando as dimensões subjetivas dos mecanismos de propagação.

Evocar a perspectiva de uma grande crise é quase sempre considerado como característica da vertente “catastrofista” que marcou o pensamento de Marx. Talvez seja o meu caso. Há razões para pensar que ela está inscrita na situação econômica mundial do início do novo milênio porque a liberalização e desregulamentação das finanças, como a das trocas, recriaram as condições. Mas não é preciso esta perspectiva para retomar a crítica ao capitalismo. Desde que nos coloquemos do lado dos assalariados do fim da escada, dos precários e dos desempregados, como do conjunto das populações dos países ditos “pobres” a situação já é tão grave que não é necessário um agravamento suplementar para encetar este trabalho teórico e prático. Estamos em um sistema onde “a produção é apenas uma produção

²⁵ Ver neste ponto, o importante trabalho de André Orléan já citado.

para o capital e não o inverso”,²⁶ onde os meios de produção não são o que eles deveriam ser, a saber “simples meios para se dar forma, alargando sem cessar, o processo de vida da sociedade dos produtores”. Estes meios, que são porém os meios de trabalhos da sociedade, são hoje do “capital”. Eles só serão utilizados e ampliados se seus proprietários (os acionistas financeiros obnubilados pelo que Keynes chamou de “o feitiço da liquidez”), considerando que eles vão tirar desta operação um lucro suficiente, um “valor acionário” à altura de suas exigências. Durante alguns decênios após a Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo parecia ter sido domesticado, esta caracterização foi colocada de lado, perdida de vista. A mundialização do capital encarregou-se de nos lembrar. Transformou em responsabilidade de todos nós, estender e ampliar o debate sobre o modo de responder ao desafio que ela coloca.

²⁶ Karl Marx, *Le Capital*, III/XV.